

Paper do NAEA Volume 28

Região, particularidade e formação socioespacial: pensando a Amazônia na obra de Milton Santos

Helbert Michel Pampolha de Oliveira¹



RESUMO

Nos estudos regionais, pouco convencionais têm sido as abordagens que se preocupam em considerar a noção de região ao nível da categoria filosófica da particularidade. Menos recorrentes ainda são as discussões que se propõem a abordá-la na perspectiva da noção miltoniana de formação socioespacial. Por estas razões, neste ensaio, objetiva-se relacionar as ideias de região e particularidade à noção de formação socioespacial, atentando-se à possibilidade quanto ao estabelecimento de uma interpretação da realidade regional do espaço amazônico no período da globalização. Para tanto, utiliza-se de levantamento e revisão bibliográficos de produções que sistematizam contribuições afins à discussão e de textos em que o intelectual Milton Santos trata da Amazônia enquanto região. Dessa maneira, observa-se que, no quadro dialético de compreensão da realidade, as categorias em questão podem ser correlacionadas em função da mediação antagônica que desempenham entre a universalidade e a singularidade; o que permite concluir que a Amazônia, enquanto região e síntese de múltiplas determinações, também pode ser entendida como uma formação socioespacial propriamente dita, com particularidades que marcam a sua condição na Divisão Territorial do Trabalho.

Palavras-chave: Região. Particularidade. Formação socioespacial. Amazônia. Globalização.

¹ Bacharel e Licenciado em Geografia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestrando em Planejamento do Desenvolvimento pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da UFPA. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Ordenamento Territorial e Urbanodiversidade na Amazônia (GEOURBAM-NAEA/UFPA). E-mail de contato: helbertmichel93@gmail.com.

ABSTRACT

In regional studies, the approaches concerned with the consideration of the notion of region at the level of the philosophical category of particularity have been unconventional. Even less recurrent are the discussions that propose to approach it from the perspective of the miltonian notion of socio-spatial formation. For those reasons, this essay aims to relate the idea of region and particularity to the notion of socio-spatial formation, paying attention to the possibility of establishing an interpretation of the regional reality of the amazonian space in the period of globalization. To this end, the article resorts to a bibliographical survey and review of productions that systematize related contributions to the discussion and of texts in which the intellectual Milton Santos addresses the Amazon as a region. Thus, it can be observed that, in the dialectical framework for understanding the reality, the categories in reference can be correlated in function of the antagonistic mediation that they play between universality and singularity; this allows us to conclude that the Amazon, as a region and synthesis of multiple determinations, can also be understood as a socio-spatial formation itself, with particularities that mark its condition in the Territorial Division of Labor.

Keywords: Region. Particularity. Socio-spatial formation. Amazon. Globalization.

INTRODUÇÃO

Ainda que se faça presente em outros campos disciplinares como na Economia, na Sociologia, na História e mesmo na Filosofia, é no contexto da ciência geográfica que o debate regional resguarda, em grandíssima medida, uma interessante e instigante discussão, fortemente marcada pela diversidade de abordagens, correntes e contribuições que se destacam ao longo de sua evolução, conforme se pode perceber a partir dos importantes trabalhos de Bezzi (2004), Corrêa ([1986] 2000, [1996] 2005), Lencioni ([1999] 2009) e Haesbaert (2010).

No âmbito desse debate, por sua vez, pouco convencionais são as abordagens que se preocupam em considerar a noção de região ao nível da categoria filosófica da particularidade (LUKÁCS, 1978), a exemplo das contribuições de Santos (1999), Corrêa ([1996] 2005) e Lencioni ([1999] 2009). Menos recorrentes ainda são as discussões que se propõem a abordar a região na perspectiva da noção miltoniana de formação socioespacial (SANTOS, 1977), muito embora alguns autores (FERREIRA, 2011; BASTOS; CASARIL, 2016) apontem a possibilidade quanto ao estabelecimento desta correlação.

Nesse sentido, este ensaio teórico busca relacionar as categorias de região e particularidade à noção de formação socioespacial, na interpretação da realidade concreta, no período da globalização. Isso porque o fenômeno regional se apresenta, nos dias atuais, como produto da Divisão Territorial do Trabalho e suporte de relações globais de produção (SANTOS, [1996] 2012); fato este que o coloca como um importante campo de mediações entre a ordem global e a ordem local (SANTOS, 1999), particularizando os eventos. Ademais, pretendemos considerar a Amazônia enquanto formação socioespacial, atentando para suas particularidades regionais na obra de Milton Santos (1926-2001), um geógrafo baiano cuja potência de suas contribuições o coloca como um dos mais importantes intelectuais do pensamento social brasileiro.

Dessa maneira, e no que diz respeito aos procedimentos metodológicos, a pesquisa conta com levantamento e análise bibliográficos de produções que trazem sistematizações quanto à discussão sobre o fenômeno regional, voltando-se principalmente para as contribuições que associam as categorias de região e particularidade. Em seguida, e por fim, procede-se à revisão de textos de Milton Santos em que o autor desenvolve reflexões sobre a noção de formação socioespacial, assim como dos trabalhos nos quais trata da Amazônia enquanto região, sistematizando, assim, as informações revisadas à luz do objetivo traçado neste trabalho.

REGIÃO, PARTICULARIDADE E FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL: ALGUMAS APROXIMAÇÕES POSSÍVEIS

Familiar pela sua utilização em numerosos contextos, a região é uma categoria que se apresenta importante tanto no âmbito do senso comum, isto é, da vida e da linguagem cotidianas, como também no cerne de preocupações científicas, a despeito dos vários domínios do saber que buscam contribuir na definição do que seria o fenômeno regional. Vale lembrar que, da economia à geografia, passando pela sociologia, por exemplo, muitos autores têm se preocupado em caracterizar a região, ainda que, em alguns contextos, a questão regional seja colocada de forma implícita ou indireta, conforme nos mostra o trabalho de Breitbach (1988) no âmbito da economia regional.

Uma abordagem muito importante, mas não tão recorrente, é aquela que procura associar a ideia de região à categoria filosófica da particularidade; categoria esta que, juntamente com a universalidade e a singularidade, compõe um quadro dialético de leitura e interpretação da realidade, portanto, de esclarecimento das conexões reais, conforme sugere Lukács (1978). Isso porque, o movimento que vai do universal ao singular, e vice-versa

é sempre mediatizado pelo particular, ele é um membro intermediário do real... que reflete de modo aproximativamente adequado... características bastante específicas... ao fato de que ela [a particularidade], com relação ao singular, representa uma universalidade relativa, e, com relação ao universal, uma singularidade relativa, não [devendo] ser concebida como algo estático, mas sim como um processo (LUKÁCS, 1978, p. 112 e 117).

Dessa maneira, e ainda de acordo com este autor, por mais que a dimensão singular e a dimensão universal sejam opostas, uma não existe senão em sua relação com a outra, sendo o particular um *campo de mediações* no contexto dessa dialética.

É lícito ressaltar, nesse sentido, a contribuição de alguns autores neste debate, correlacionando a categoria da particularidade à discussão regional. Corrêa ([1996] 2005), em uma tentativa de evidenciar para estudiosos de outras áreas os diferentes significados atribuídos à ideia de região ao longo da história do pensamento geográfico, afirma que o processo de diferenciação de áreas constitui-se base da possibilidade de se falar da região, destacando, inclusive, que tal diferenciação não está associada à ideia de singularidade, correlata ao conceito de lugar, mas sim à ideia de particularidade, uma mediação entre o universal e o singular.

Se, de acordo com Lukács (1978), a particularidade tem ocorrência na natureza e na sociedade por meio de elementos como espécie, gênero, classe e estrato, no entendimento de Corrêa ([1996] 2005), ela também o tem na região, sendo esta a tradução do particular no plano espacial. Nestes termos, então, o fenômeno regional seria o resultado de processos universais que assumiram especificidades espaciais decorrentes tanto da combinação de processos herdados do passado e solidamente ancorados no espaço, como da difusão dos elementos de diferenciação definidos externamente (CORRÊA, [1996] 2005).

Dessa forma, é no contexto da globalização que, segundo Corrêa ([1996] 2005), o caráter particular da região torna-se claramente evidenciado, sobretudo por conta da relativização de sua autonomia, ocasionada pela difusão e conseqüente internalização de variáveis externas que, por sua vez, criam múltiplas possibilidades de se recortar (regionalizar) a superfície terrestre. Por esta razão, o autor supramencionado ressalta a importância da categoria filosófica em questão, concebendo a região como uma “particularidade dinâmica”, isto é, uma mediação entre o singular e o universal, entre o local e o global.

Lencioni ([1999] 2009), por seu turno, também presta importante contribuição nesse debate ao entender a região como uma escala intermediária de análise, capaz de revelar a espacialidade particular dos processos sociais globais. A autora defende a capacidade de reabilitação do regional em face do global e, desta maneira, a própria reabilitação da noção de região, entendendo-a também como mediação entre o universal e o singular. Assim, ao considerar a região como uma dimensão particular do processo de globalização, situando-a no âmbito desse movimento dialético entre o universal e o singular, Lencioni ([1999] 2009), demonstra que o fenômeno regional, sendo parte de uma totalidade, está presente em todas as sociedades e que, por este motivo, seria uma particularidade.

Entretanto, ressalta que, como espacialidade diferencial dos processos sociais e naturais, a região “não é produto de processos particulares regidos por leis particulares”, pois, “as leis do processo socioespacial, tanto quanto as leis da natureza, constituem-se [enquanto] leis gerais, [e não propriamente] como leis específicas e particulares de uma parcela do espaço” (LENCIONI, [1999] 2009, p. 195). É nesse sentido, ainda, que a mesma autora pontua que, como leis gerais da ciência, as leis do processo socioespacial encontram suas particularidades regionais, marcando, desta maneira, o papel da região no contexto das relações sociais de produção.

Feito este preâmbulo, gostaríamos de nos deter nas contribuições de Milton Santos, sobretudo em seus estudos publicados ao longo das décadas de 1980 e 1990, nos quais também refletiu sobre a natureza do fenômeno regional no período da globalização (SANTOS, [1994] 2013a, [1988] 2014), chegando, mesmo, a associá-lo à categoria da particularidade (SANTOS, 1999). O autor, nesse contexto, pondera sobre a universalidade atual da região e vai de encontro às ideias que, em razão do advento da globalização e da consequente ideia de homogeneização do espaço, postulam o fim das regiões (SANTOS, [1996] 2012).

Isso porque dado o fato de o espaço, de um lado, tornar-se uno para atender às necessidades da produção globalizada, de outro, as regiões aparecem como as diferentes versões da mundialização, uma vez que este processo não garante a homogeneidade, mas sim instiga as diferenças, reforçando-as e, até mesmo, dependendo delas (SANTOS, [1988] 2014). Assim, afirma que quanto mais os lugares se mundializam, mas eles tendem a se tornar únicos, pois “nenhum subespaço do planeta pode escapar ao processo conjunto de globalização e fragmentação, isto é, de individualização e regionalização” (SANTOS, [1996] 2012, p. 246).

Buscando uma definição atual, Santos (1999, 2003) pontua que a região se coloca como um subespaço onde o acontecer solidário se realiza; no período da globalização, esse acontecer – antes, somente homólogo ou complementar – torna-se também hierárquico, suplantando as solidariedades orgânicas de outrora, engendradas na copresença e na contiguidade, e dando lugar às solidariedades organizacionais, fortemente marcadas pelo imperativo da fluidez e por arranjos que representam as racionalidades exógenas. Dessa forma, sugere que o fenômeno regional seja, na realidade, resultado da produção de dois tipos de recortes espaciais, as verticalidades e as horizontalidades:

as **verticalidades** são os vetores do pragmatismo, transportam ordens indispensáveis à ação dos atores hegemônicos. São ordens frias, produto do cálculo e da racionalidade chamada superior, que é a racionalidade dominante da qual se valem os atores hegemônicos para impor sua vontade. [As **horizontalidades** são]... produto da presença ativa dos homens juntos que são sempre condutores de emoção. E a emoção é a força da desobediência às ordens pragmáticas e, por conseguinte, a única forma de casarmos com o futuro (SANTOS, 2003, p. 62, grifos nossos).

Nesse sentido, a região seria o resultado do “cruzamento” entre as verticalidades (vetores da universalidade, de uma racionalidade superior e do discurso pragmático dos setores hegemônicos, criando um cotidiano obediente e disciplinado) e as horizontalidades (o lugar da finalidade imposta de fora, de longe e de cima, mas também o da contrafinalidade, dos vetores da singularidade), responsáveis pela mudança do conteúdo desses subespaços e objetivadas nos lugares (SANTOS, [1996] 2012). Por esta razão é que Santos (1999), apoiado em Lukács (1978, p. 113), assinala que a região é uma particularidade, um “campo de mediações” entre o universal e o singular.

Uma vez ressaltada a relação entre região e particularidade, queremos chamar atenção, neste momento, para a importância da noção miltoniana de formação socioespacial. Esta foi resultado de uma releitura empreendida por Milton Santos acerca da categoria marxista de formação econômico-social, que se caracteriza enquanto um instrumento analítico da economia política voltado ao entendimento da evolução diferencial das sociedades, tanto em seu quadro próprio, como em relação às forças externas de onde lhes provêm impulso, sobretudo em escalas particulares. Desta maneira, o geógrafo baiano contribui para esse debate e, brilhantemente, observa que a evolução das sociedades não se dá fora do espaço e que, por esta razão, não se poderia falar do referido processo separado da evolução das formações espaciais, visto tratar-se, portanto, de formações socioespaciais (SANTOS, 1977).

A noção de formação socioespacial, por seu turno, revela a maneira pela qual determinado modo de produção se manifesta concretamente nas diversas formações sociais, sendo esta a unidade das diversas esferas (econômica, social, cultural, política) da vida em sociedade, conforme pontua Sereni (1971). O modo de produção, nesse contexto, só se torna concreto sobre uma base territorial historicamente determinada, isto é, no espaço. Assim, as formas espaciais decorrentes dessa relação seriam um resultado objetivo do contato entre o modo de produção e a formação social preexistente (SANTOS, 1977); relação esta fundamental à compreensão da organização do espaço.

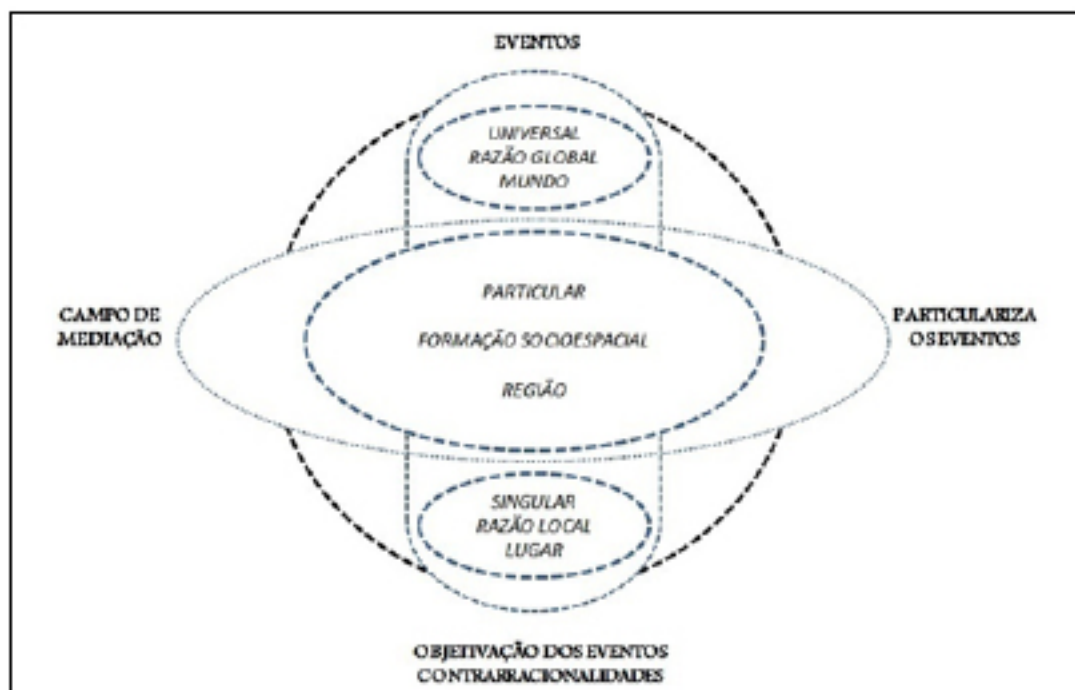
Ademais, quando Santos (1977) afirma que as relações entre espaço e formação social são de outra ordem e, por isso, se estabelecem em um espaço particular e não em um espaço geral, tal como acontece para os modos de produção, que escrevem a História no tempo, enquanto as formações sociais escrevem-na no espaço, o autor em referência nos permite a interpretação de que uma formação socioespacial, nestes termos, configurar-se-ia enquanto uma particularidade da relação entre modo de produção e determinada formação social, no tempo e no espaço.

É com base neste raciocínio que nos questionamos sobre a possibilidade de considerarmos a categoria formação socioespacial como região e vice-versa, pois enquanto a formação socioespacial, por um lado, busca explicitar as especificidades com as quais um dado modo de produção se expressa concretamente no espaço, de outro, a região coloca-se como uma particularidade, um campo de mediações na relação entre a ordem global (universalidade) e a ordem local (singularidade). Dessa forma, poderíamos considerar a formação socioespacial, concretamente falando, enquanto uma particularidade nessa relação entre universalidade e singularidade?

Tais questionamentos surgem a partir de nossa interpretação quanto ao semelhante “papel” que a região e a formação socioespacial desempenham no processo de conhecimento/leitura da realidade, notadamente quanto ao movimento dialético que vai do universal (espaços globais ou globalizados) ao singular (espaços locais), através da mediação do particular (regiões e, neste caso, conforme sugerimos, das formações socioespaciais) na objetivação dos eventos nos lugares. Isso porque a noção de evento, conforme sustenta Santos (1999), permite unir o mundo ao lugar, a história que se faz (o modo de produção) com a história já feita (da formação social preexistente), e as regiões (formações socioespaciais) seriam a mediação desse processo, dada sua correlação com a dimensão do particular.

A figura 1 procura, de maneira meramente ilustrativa, elucidar o raciocínio que ora apresentamos:

Figura 1. O movimento dialético do universal ao singular e seu “campo de mediações”



Elaboração: Helbert Oliveira, Saint-Clair Trindade Jr. e Gabriel Leite.

Já ponderamos que, enquanto um campo de mediações, a região pode ser associada à categoria filosófica da particularidade, sendo, inclusive, sua correspondente no plano espacial (SANTOS, 1999; CORRÊA, [1996] 2005). Também já sinalizamos, complementando o mesmo raciocínio, que, fruto do “cruzamento” entre relações horizontais e relações verticais (SANTOS, 2003), e enquanto uma escala intermediária de análise da realidade (LENCIONI, [1999] 2009), a região pode ser entendida como uma particularidade no movimento dialético entre universalidade (razão global, “vetores verticais”) e singularidade (razão local, “arranjos horizontais”), expressando, em seu interior, a diferenciação territorial como um rebatimento das transformações socioespaciais no mundo globalizado.

Ademais, ainda que Santos (2005, [1978] 2008) tenha apontado o Estado-Nação como unidade geográfica privilegiada para utilização da noção de formação socioespacial, e que esta seja considerada como um importante instrumento conceitual na consideração de uma “teoria das mediações” para a leitura do território brasileiro (SANTOS; SILVEIRA, [2001] 2012; MACHADO, 2016), alguns autores (FERREIRA, 2011; BASTOS; CASARIL, 2016) reafirmam a perspectiva miltoniana quanto à operacionalização da referida noção, mas também sugerem a possibilidade de pensarmos a ideia em questão para além da escala nacional, apontando os níveis regional e local como possíveis.

Contudo, embora tenhamos ideia quanto ao risco da consideração em tela, afirmamos a relevância da formação socioespacial enquanto uma importante noção para pensarmos a região, e mesmo de interpretarmos a região ao nível de uma formação socioespacial, tendo

em vista o fato de ambas desempenharem uma espécie de mediação antagônica dada entre processos gerais e processos específicos, singulares, traduzidos no plano espacial sob a forma da particularização de múltiplos vetores e arranjos; processo que, como parte do movimento dialético, também pode suscitar contra racionalidades à ação hegemônica da globalização perversa, de que fala Santos (2000).

Assim, ao discutir a noção de diferenciação espacial, Bessa (2010) sustenta que a universalização dos processos é acompanhada, inversamente, pela singularização e particularização dos eventos, das relações que implicam na heterogeneidade espacial, chamando atenção, ainda, para o fato de a noção de formação socioespacial ser indissociável do particular e permitir certa associação com a realidade concreta. Desta maneira, então, visamos destacar o potencial interpretativo que esta noção pode nos oferecer quanto ao entendimento de uma dada porção do espaço, como, por exemplo, uma região, traduzindo-se também enquanto uma.

É por esta razão que, tendo em vista o papel comum de mediação entre *região e formação socioespacial* na realidade concreta, bem como o *caráter particular* que ambas assumem na dialética do universal ao singular e vice-versa, conforme evidenciado na Figura 1, sugere-se, aqui, o estabelecimento de uma correlação analítica entre essas três categorias na interpretação das espacialidades do/no mundo contemporâneo, fortemente marcado pela globalização do espaço. Outrossim, na próxima seção, procuraremos melhor elucidar esta discussão ao tomar a região amazônica como exemplo de reflexão, além de enfatizarmos as suas “particularidades regionais” na obra de Milton Santos.

A AMAZÔNIA COMO FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL E SUAS PARTICULARIDADES REGIONAIS NA OBRA DE MILTON SANTOS

Ao longo de sua obra, é notória a preocupação que Milton Santos demonstra em compreender a realidade da qual fazia parte, isto é, a realidade dos ditos países “subdesenvolvidos” ou do chamado “Terceiro Mundo”². Isso porque o geógrafo baiano se colocou à sociedade como um intelectual comprometido e atento às questões relacionadas à urbanização e à dependência econômica dos “países “subdesenvolvidos”, em especial do Brasil. Todavia, enquanto um intelectual voltado principalmente à leitura da realidade desses países, colocamo-nos, em estudos anteriores (OLIVEIRA; TRINDADE JR., 2016), questões que procuravam nos revelar, de certa forma, qual o pensamento de Milton Santos sobre a Amazônia e de que forma as suas contribuições nos ajudariam a compreender a dinâmica recente que tem caracterizado essa porção do território brasileiro.

Pudemos observar que, como parte dessa realidade “subdesenvolvida”, a Amazônia não escapou ao olhar analítico de Milton Santos, destacando-se, como prova disso, dois de seus

2 A utilização das expressões “países subdesenvolvidos”, “países do Terceiro Mundo” ou “países terceiro-mundistas” por Milton Santos demarca uma intenção do autor em falar dos países do Sul global, sobretudo aqueles que se encontram na periferia do capitalismo e que exercem relações de dependência e subordinação para com os países ricos do norte global. Dessa forma, ressalta-se que o intelectual em referência, mesmo nas suas obras mais recentes, a exemplo de Santos (2000), utiliza-se dessas denominações para se referir àquela realidade da periferia do capitalismo, sobretudo ao Brasil e aos demais países latino-americanos, marcados por disparidades socioeconômicas e espaciais. Por serem denominações recorrentes na construção teórica de Milton Santos, sempre que utilizadas no presente trabalho, serão grafadas entre aspas.

textos que foram elaborados especificamente sobre essa região. Enquanto no primeiro o autor demonstra interesse em compreender os processos que se desenhavam na Amazônia meridional, notadamente sobre a organização socioespacial do, à época, recém-criado Estado de Rondônia (SANTOS, 1982), revelando, já nesse momento, a expansão do agronegócio para a região; no segundo, o geógrafo trata da dinâmica espacial que envolve a porção oriental do espaço amazônico, situando-o como parte de um sistema de ações em nível global que se materializa no território por meio de “grandes objetos” (SANTOS, 1994; TRINDADE JR., 2010), como, por exemplo, as extensas rodovias, os portos modernizados e os complexos hidrelétricos instalados e/ou previstos na região.

Ademais, outra contribuição importante é aquela na qual Milton Santos, em coautoria com a geógrafa María Laura Silveira, situa a Amazônia³ como um dos “quatro Brasis”, uma divisão regional do território brasileiro baseada na difusão diferencial do meio técnico-científico-informacional⁴ e nas heranças espaciais do passado (SANTOS; SILVEIRA, [2001] 2012). É mediante esse aporte, a respeito da Amazônia como um dos “quatro Brasis”, que iremos desenvolver o raciocínio no qual pretendemos considerar esta região como uma formação socioespacial, de modo a evidenciarmos suas particularidades regionais no contexto da obra do autor em questão.

Dessa maneira, Trindade Jr. (2017) oferece importante subsídio ao sistematizar, com base em Santos e Silveira ([2001] 2012), os principais elementos caracterizadores do espaço amazônico no âmbito da referida divisão regional, tais como:

a) as baixas densidades demográficas e técnicas do território, quando comparadas a das outras regiões brasileiras; b) a importância das novas redes técnicas que são instaladas no seu interior, a exemplo das rodovias e das hidrovias; c) a fraca centralidade, na maior parte do espaço regional, do sistema de transporte e das redes de comunicação; d) o inventário de seus recursos ainda por ser feito, o que nos remete ao potencial e à grandiosidade da região; e) a possibilidade do conhecimento de seus recursos e de suas potencialidades fundada em modernos satélites e radares; f) a convivência de sistemas de movimentos modernos e rápidos com sistemas lentos e tradicionais; g) as conexões das cidades consideradas mais importantes, estabelecidas notadamente com espaços extra locais; h) a forma de relação dessas mesmas cidades com suas respectivas hinterlândias, expressa de maneira esgarçada; i) a presença de nexos do processo de globalização em áreas produtivas, voltadas para a exportação; [e] j) a existência de cidades modernas, tidas como importantes pontos de apoio a essas mesmas atividades de exportação (TRINDADE JR., 2017, p. 10-11).

As características evidenciadas por Trindade Jr. (2017) apontam, de certa maneira, as particularidades regionais que a Amazônia apresenta no contexto da obra miltoniana, notadamente em relação à leitura mais recente que Santos e Silveira ([2001] 2012) empreendem sobre o território brasileiro. Tais atributos, por sua vez, revelam tanto os aspectos que diferenciam essa região em face das outras regiões brasileiras (a fraca centralidade do sistema

3 De acordo com Santos e Silveira ([2001] 2012), e considerando a difusão dos sistemas técnicos na totalidade do território brasileiro, a Amazônia pode, grosseiramente, ser definida pelos estados do Amapá, Amazonas, Acre, Pará, Rondônia e Roraima, áreas onde o meio geográfico assentado em ciência, tecnologia e informação se manifesta de maneira tímida e rarefeita.

4 Meio geográfico que, no período da globalização, tende a se superpor em todos os lugares graças às altas cargas de ciência, tecnologia e informação que envolve. Por esta razão, o meio técnico-científico-informacional é a expressão espacial da globalização (SANTOS, [1996] 2012; [1994] 2013a).

de transporte e de comunicação na maior parte do espaço regional; as baixas densidades demográfica, econômica e técnica; a convivência de sistemas de movimentos modernos e rápidos com sistemas lentos e tradicionais etc.), como os elementos que refletem a sua relevância na Divisão Territorial do Trabalho (existência de atividades globais e de cidades modernas que articulam o local ao global, e vice-versa; a presença de novas redes técnicas, como as rodovias e as hidrovias, os complexos hidrelétricos, entre outros).

Percebe-se, assim, uma interpenetração de atributos da universalidade, fortemente definidos pela globalização, com os atributos da singularidade, relacionados com a dinâmica local. Lukács (1978, p. 6), ao afirmar que “qualquer universal abarca apenas aproximadamente todos os objetos singulares”, permite-nos avaliar que a região, um campo de mediações entre a ordem global e a ordem local, acaba se configurando como a tradução da particularidade no plano espacial, tal como nos sugere Corrêa ([1996] 2005). Ao pensarmos a Amazônia nesse contexto, destacamos que a existência dessa interação entre relações horizontais e verticais permite que capturemos certas peculiaridades e distinções que a identificam como região na obra miltoniana e, obviamente, na dinâmica espacial, na realidade concreta, pois essas distinções, além de configurarem a existência do fenômeno regional, marcam a sua diferenciação em relação a outros subespaços no período da globalização, elucidando, assim, aquilo que estamos considerando enquanto particularidades regionais do espaço amazônico.

Ainda sobre as características supramencionadas da região em tela, ressaltamos que elas podem ser consideradas como um reflexo do histórico processo dialético entre elementos preexistentes e os “vetores da modernidade”, responsáveis por consubstanciar, na atualidade, o que estamos destacando enquanto atributos particulares da Amazônia na obra de Milton Santos; elementos que em muito traduzem as dinâmicas recentes que têm animado sua configuração socioespacial na contemporaneidade, isto é, no período da globalização.

Apontamos, ainda, que a produção dessas particularidades amazônicas se deu, em grande medida, por conta da tensão estabelecida a partir da convivência entre relações tradicionais e modernas na região, ou, como nos termos propostos por Santos (1982), entre o “novo” e o “velho”. Assim, nas palavras do autor:

o velho, na região, são também os grupos índios e as suas formas particulares de organização social, econômica e do espaço. O velho é, sobretudo, o domínio das relações sociais... as velhas formas de povoamento.

O novo é essencialmente representado pelas comunicações, pelos mecanismos de captura da acumulação, primitiva ou não..., pelo transporte aéreo. Novo também permeia, a níveis diversos, a produção para exportação (SANTOS, 1982, p. 74).

A referida interpenetração dialética entre o “novo” e o “velho” na Amazônia foi responsável por configurar muitos dos atributos que, atualmente, consideramos como particularidades dessa porção regional do espaço brasileiro. A título de exemplo, o estabelecimento de novas formas de transporte na região, como o transporte aéreo (o “novo”), em face do tradicional transporte fluvial realizado por pequenas embarcações (o “velho”), marca a convivência de sistemas de movimentos modernos e rápidos com aqueles sistemas mais lentos (uma particularidade) no seu contexto regional.

Da mesma forma, a existência de velhas formas de povoamento e sua organização espacial, mais ligada à dinâmica dos rios e da natureza (“o velho”), e a implantação de cidades modernas, verdadeiros espaços da globalização concebidos para atender aos interesses

da produção voltada à exportação e que pouco dialogam com seus entornos (o “novo”), demarcam a coexistência de temporalidades e espacialidades (outra particularidade) contraditórias na região.

Dessa maneira, ressaltamos que as particularidades regionais da Amazônia são consubstanciadas a partir dessas relações de tensão entre esse “novo” e esse “velho” (SANTOS, 1982), configurando a sua estrutura socioespacial na atualidade. Ademais, no contexto da Divisão Territorial do Trabalho, a Amazônia é concebida mais como uma “região do fazer” do que propriamente do “mandar”, do “reger” (SANTOS, 1994), dada a sua condição de subespaço de baixas densidades técnicas e econômicas e de rarefações demográficas herdadas (SANTOS, 1995, [1993] 2013b). Essas particularidades, em certa medida, também evidenciam o papel desempenhado pelo referido espaço regional no movimento dialético entre a ordem global e a ordem local, auxiliando, assim, na realização de uma leitura multiescalar que revela a forma pela qual elementos de diversas naturezas (social, econômica, política, cultural) se imbricam na sua organização espacial contemporânea.

A conformação desses elementos nos autoriza a inferir que, na qualidade de região, a Amazônia pode ser considerada como uma formação socioespacial, haja vista sua importância na dialética entre o universal e o singular, bem como a sua particularidade enquanto “região do fazer” na Divisão Territorial do Trabalho. Destarte, sendo a região um produto de relações verticais (vetores da universalidade, de determinações gerais do modo de produção, o “novo”) e horizontais (arranjos locais, elementos da formação social preexistente, “o velho”), nota-se que ela também pode ser interpretada como uma formação socioespacial, não sendo diferente com a região amazônica, dadas suas particularidades que evidenciam seu papel como um “campo de mediações” entre o global e o local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aproximação que realizamos entre as noções de região e formação socioespacial foi possibilitada, conforme pudemos destacar, mediante a categoria filosófica da particularidade. Isso porque, para Silveira (2011), a ideia de formação socioespacial se caracteriza como uma totalidade capaz de explicar processos, independentemente da escala que ela representa, manifestando-se como uma mediação entre as possibilidades oferecidas pelos períodos históricos e a existência concreta nos lugares. Foi por esta razão que sugerimos, ao longo deste ensaio, pensá-la no nível da região, haja vista que o fenômeno regional, conforme já ressaltamos, também desempenha relevante papel de mediação na análise da realidade concreta, colocando-se, portanto, enquanto uma particularidade no movimento dialético entre o universal e o singular.

Dessa maneira, se Corrêa ([1996] 2005), Lencioni ([1999] 2009) e Santos (1999) afirmam em seus estudos que a região é uma particularidade, defende-se, aqui, que a formação socioespacial também pode se configurar como tal, tendo em vista que ela desempenha, igualmente à região, um papel mediador entre a universalidade e a singularidade, revelando uma espacialidade particular dos processos globais. Portanto, pelo fato de a particularidade se constituir como um membro intermediário do real, tanto na realidade objetiva, quanto no pensamento que a reflete de modo aproximado (LUKÁCS, 1978), reconhece-se que uma região pode ser considerada na qualidade de formação socioespacial, justamente pelo fato de ambas se apresentarem como verdadeiras particularidades na dialética entre o global e o local.

A Amazônia, um dos “quatro Brasis” (SANTOS; SILVEIRA, [2001] 2012) tomado como exemplo neste ensaio, bem elucida a reflexão em tela, uma vez que, com características próprias, ou seja, com particularidades, ela se apresenta no plano espacial como região, uma síntese de múltiplas determinações, cuja heterogeneidade é forjada pela sobreposição e mesmo pela tensão dialética entre elementos “novos”, vetores da modernidade e da universalidade, e “velhos”, que marcam o preexistente, o singular (SANTOS, 1982). Por conseguinte, enquanto um campo de mediações nessa dialética, e em razão do papel que desempenha no que diz respeito à Divisão Territorial do Trabalho, a Amazônia, essa “região do fazer” (SANTOS, 1994), também pode ser interpretada como uma formação socioespacial; formação esta que, no período da globalização, tem tido, cada vez mais, sua autonomia relativizada em face dos interesses do grande capital.

Por fim, ainda que pensar em determinada realidade regional a partir do conceito de lugar e suas singularidades seja de fundamental importância na atualidade, não devemos suplantarmos a noção de região por aquele instrumento conceitual, como se a região, na realidade concreta, não configurasse qualquer particularidade regional (TRINDADE JR., 2009). Assim sendo, faz-se importante pensar em políticas de planejamento e de desenvolvimento que reconheçam e levem em consideração a região; políticas que valorizem não somente as singularidades, associadas ao conceito de lugar, mas também as particularidades e todo o processo de produção destes aspectos relacionados a determinado subespaço, como, por exemplo, o amazônico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTOS, J. M.; CASARIL, C. C. A formação sócio-espacial como categoria de análise aos estudos sobre a rede urbana: ampliando a discussão teórica. *Geosul*, Florianópolis, v. 31, n. 62, p. 271-298, jul./ago. 2016.

BESSA, K. Diferenciação espacial como elemento próprio à natureza da Geografia. *Mercator*, Fortaleza, vol. 9, n. 20, p. 43-56, set./dez. 2011.

BEZZI, M. L. *Região: uma (re)visão historiográfica – da gênese aos novos paradigmas*. Santa Maria: Editora UFSM, 2004.

BREITBACH, Á. *Estudo sobre o conceito de região*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1988. 96 p. (Teses, 13).

CORRÊA, R. L. *Região e organização espacial*. 7. ed. São Paulo: Editora Ática, [1986] 2000. 51 p. Disponível em <http://www.e-livros.xyz/livros-diversos/Corr%EAa,%20Roberto%20Lobato%20-%20Regi_o%20e%20organiza%E7_o%20espacial.pdf>. Acesso: 14 jan. 2018.

CORRÊA, R. L. Região: a tradição geográfica. In: CORRÊA, R. L. *Trajetórias geográficas*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, [1996] 2005. p 182-195.

FERREIRA, S. C. A formação socioespacial como orientação teórico-metodológica no estudo da rede urbana regional. *Caminhos da Geografia*, Uberlândia, v. 12, n. 37, p. 1-7, mar. 2011.

LENCIONI, S. *Região e geografia*. São Paulo: EDUSP, [1999] 2009. 224 p.

LUKÁCS, G. *Introdução a uma estética marxista: sobre a categoria da particularidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. 298 p.

MACHADO, T. Da formação social em Marx a formação socioespacial em Milton Santos: uma categoria geográfica para interpretar o Brasil?. *GEOgraphia*, Niterói, ano 18, n. 38, p. 71-98, 2016.

OLIVEIRA, H. M. P.; TRINDADE JR., S-C. C. A Amazônia em Milton Santos: região, globalização e meio técnico-científico-informacional. In: PEZZUTI, J. C. B.; AZEVEDO-RAMOS, C. B. (Orgs.). *Desafios amazônicos*. Belém: NAEA/UFPA, 2016. p. 193-216.

SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 54, p. 81-100, jun. 1977.

SANTOS, M. Organização social e organização do espaço: o caso de Rondônia. *Boletim Carioca de Geografia*, Rio de Janeiro, ano 33, p. 51-77, 1982.

SANTOS, M. Os grandes projetos: sistema de ação e dinâmica espacial. In: CASTRO, E. M. R.; MOURA, E.; MAIA, M. L. (Orgs.). *Industrialização e grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço*. Belém: EDUFPA, 1994. p. 13-20.

SANTOS, M. O futuro do Nordeste: da racionalidade à contrafinalidade. In: GAUDÊNCIO, F. S.; FORMIGA, M. (Orgs.). *Era da esperança: teoria e política no pensamento de Celso Furtado*. São Paulo: Paz e Terra, 1995. p. 99-107.

SANTOS, M. Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial. *Cadernos IPPUR*, Rio de Janeiro, ano IV, n. 6, p. 5-20, jan./jun. 1999.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000. 174 p.

SANTOS, M. Região: globalização e identidade. In: LIMA, Luiz Cruz (Org.). *Conhecimento e reconhecimento: homenagem ao geógrafo cidadão do mundo*. Fortaleza: EDUECE, 2003. p. 53-64.

SANTOS, M. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: EDUSP, 2005. 176 p. (Coleção Milton Santos, 7).

SANTOS, M. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a geografia crítica*. 6. ed. 1. reimp. São Paulo: EDUSP, [1978] 2008. 288 p. (Coleção Milton Santos, 2).

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. 7. reimp. São Paulo: EDUSP, [1996] 2012. 392 p. (Coleção Milton Santos, 1).

SANTOS, M. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. 5. ed. 1 reimp. São Paulo: EDUSP, [1994] 2013a. 176 p. (Coleção Milton Santos, 11).

SANTOS, M. *A urbanização brasileira*. 5. ed. 3. reimp. São Paulo: EDUSP, [1993] 2013b. 176 p. (Coleção Milton Santos, 6).

SANTOS, M. *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia*. 7. ed. São Paulo: EDUSP, [1988] 2014. 136 p. (Coleção Milton Santos, 10).

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 15. ed. Rio de Janeiro: Record, [2001] 2012. 475 p.

SERENI, E. De Marx a Lênine: la catégorie de «formation économique et sociale». *La pensée*, Paris, n. 159, p. 3-49, sept./oct. 1971.

SILVEIRA, M. L. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI – a história de um livro. *Acta Geográfica*, Boa Vista, Ed. Esp. Cidades na Amazônia Brasileira, 2011, p. 151-163.

TRINDADE JR., S-C. C. Diferenciação espacial e formação de sub-região: o Baixo Tocantins na Amazônia oriental. In: SILVEIRA, M. R.; LAMOSO, L. P.; MOURÃO, P. F. C. (Orgs.). *Questões nacionais e regionais do território brasileiro*. São Paulo: Expressão Popular, 2009 p. 313-329. (Coleção Geografia em Movimento).

TRINDADE JR., S-C. C. Cidades na floresta: os “grandes objetos” como expressões do meio técnico-científico informacional no espaço amazônico. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 51, p. 113-137, mar./set. 2010.

TRINDADE JR., S-C. C. Uma leitura da Amazônia a partir da obra de Milton Santos: contribuições da Escola Uspiana de Geografia. *Papers do NAEA*, Belém, n. 366, p. 1-18, abr. 2017.

.